

Comissão faz nova audiência para discutir portabilidade da conta de luz

Proposta abre mercado para que, a partir de 2022, consumidor comum possa escolher de quem comprar energia

POR O GLOBO

29/05/2018 11:04 / atualizado 29/05/2018 11:08



BRASÍLIA — A Comissão Especial sobre a Portabilidade da Conta de Luz, da Câmara, realiza na manhã esta terça-feira novo debate sobre o tema. A medida foi proposta pelo relator do PL 1917/15, deputado Fabio Garcia (DEM-MT). Ele quer discutir a ampliação do mercado livre de energia e seus efeitos sobre a economia, a preservação da segurança energética, as consequências para os consumidores do Ambiente de Contratação Regulada e o desenvolvimento sustentável do setor elétrico.

Foram convidados para a audiência, entre outros, o presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), Flávio Antônio Neiva; e o o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales (Confira a lista completa de convidados).

A proposta em análise na comissão especial reduz as exigências para que os grandes consumidores, em geral indústrias, comprem energia livremente, ou seja optem entre diferentes fornecedores no mercado de energia elétrica. O texto permite a abertura gradual desse mercado para que, a partir de 2022, o consumidor comum também possa escolher de quem comprar energia. O projeto permite ainda que as distribuidoras comprem energia de qualquer usina geradora, individualmente.

O texto já havia sido aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor em 2015, mas um despacho deste ano incluiu mais duas comissões de mérito, o que levou à necessidade de criar uma comissão especial para analisá-lo.

A audiência está prevista para as 10h30, no plenário 8 e poderá ser acompanhada ao vivo pelo WebCamara.

indústrias, comprem energia livremente, ou seja optem entre diferentes fornecedores no mercado de energia elétrica. O texto permite a abertura gradual desse mercado para que, a partir de 2022, o consumidor comum também possa escolher de quem comprar energia.

O projeto permite ainda que as distribuidoras comprem energia de qualquer usina geradora, individualmente.

O texto já havia sido aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor, mas um despacho deste ano incluiu mais duas comissões de mérito, o que levou à necessidade de criar uma comissão especial para analisá-lo.